

ESCOLA CORRECCIONAL “PRESIDENTE JOÃO PESSÔA”: UMA INICIATIVA DE EDUCAÇÃO RURAL NA PARAÍBYBA (1930 – 1937)¹

Priscilla Leandro Pereira²
Antonio Carlos Ferreira Pinheiro³

1 Introdução

O final dos anos 20 e o início dos anos de 1930 marcaram a implantação de uma série de políticas que visavam o desenvolvimento econômico apoiado, principalmente, na expansão industrial e no conseqüente processo de urbanização. Todavia, essas mudanças também afetaram diretamente as populações subalternas do meio rural, já que essa nova conjuntura econômica e político-social propiciou a ampliação da concentração de terras em poder de alguns, excluindo assim, a grande maioria dos camponeses, que eram obrigados a migrarem para as grandes e médias cidades em busca de melhores condições de vida. Em contrapartida, é sabido que os centros urbanos ainda não tinham - e não têm até hoje – estrutura econômica e social para acolher essa população, nem tampouco condições infra-estruturais para oportunizar trabalho para todos, visto que esses fluxos migratórios traziam consigo mão-de-obra desqualificada para atividades estritamente urbanas, uma vez que boa parte dela era analfabeta.

Ao mesmo tempo ocorreu a disseminação de uma nova ideia de organização social, pautada principalmente na visão de progresso e de modernização, fortalecendo assim o capitalismo e o poder da burguesia empresarial das cidades. Nesse sentido, a primeira grande ruptura foi “... o avanço da acumulação capitalista, bem como à redefinição do papel do Estado em matéria econômica” (MENDONÇA, 1990, p. 324).

Partindo dessas premissas, este trabalho tem como objetivo discutir acerca de uma experiência educacional que foi efetivada pelo poder estadual paraibano a partir da criação da Escola Correccional Presidente João Pessoa. Tal instituição buscou minimizar os conflitos e tensões propiciadas pelas desigualdades sociais impelida pela nova ordem econômica que foi efetivada a partir dos anos de 1930. Para tanto, nos apoiamos na

¹ Artigo originado a partir do Projeto (PIBIC/CNPQ) intitulado “Grupos Escolares e Escolas Rurais na Paraíba: interfaces histórico-educacionais na cidade e no campo (1930-1937)”, mais especificamente ao subprojeto “Escolas rurais: educação no campo para “fixar o homem ao solo”.

² Aluna do curso de graduação em Pedagogia, da Universidade Federal Paraíba. Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

³ Professor orientador do projeto acima mencionado é vinculado ao Departamento de Metodologia da Educação e aos Programas de Pós-graduação em Educação/CE e História/CCHLA.

documentação localizada no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba- FUNESC, principalmente nas notícias publicadas no Jornal A União. Consorciadas a essas fontes articulamos a nossa discussão com a bibliografia conhecida sobre a temática.

1 A Escola Correccional Presidente João Pessoa: disciplinar para civilizar

Conforme já salientamos acima todo o processo de modernização do setor produtivo foi acompanhado pela concentração de terras que afetou diretamente as populações rurais no Brasil e, aqui, especialmente a paraibana. Esse processo de uma maneira geral fomentou uma aglomeração de pessoas sem as mínimas condições de vida, impossibilitando-as de acompanharem o progresso e as conquistas e benesses da modernização.

Esse problema também dificultou a implantação de escolas na zona rural, já que pela má distribuição de terras a população campesina, menos favorecida, não encontrava motivos para permanecer num ambiente que não lhe proporcionaria uma vida mais digna e ao mesmo tempo não acreditava que a educação pudesse lhes possibilitar qualquer tipo de mobilidade social. Segundo Lambert (1986, pp. 199 e 200)

A massa da população rural, que se dedica a uma agricultura rudimentar, tendo como único instrumento a enxada, que não trabalha diretamente para o mercado e vive em pequenos grupos isolados uns dos outros, encontrava muito pouca utilidade em uma instrução de que não necessitava, quer para aplicar métodos culturais tradicionais quer para obedecer a instruções do senhor ou dos seus prepostos.

Nesse sentido, investir na educação rural não era tarefa fácil, uma vez que não se poderiam inserir escolas iguais as do meio urbano, voltadas apenas para o ensino das “letras”, mas fazia-se necessário a implantação imediata de escolas que estimulassem à fixação do camponês no espaço rural que segundo Menucci *apud* Monarcha (2007), era necessário separar o ensino das cidades do ensino dos meios rurais e do ensino da zona litorânea, proporcionando a esses camponeses, além da alfabetização, conhecimentos que lhes fossem próprios as técnicas agrícolas e sobre a terra. Tal empreendimento deveria possibilitar as devidas condições de subsistência no interior. Na verdade, enveredar por esse caminho seria um trabalho árduo, pois se teria que investir em professores aptos, técnico e pedagogicamente, para estarem à frente dessa modalidade

de ensino, assim como custear seu alojamento no interior e construir espaços escolares preparados para esse fim. Enfim, implantar escolas voltadas para atingir esses dois objetivos, ensinar e profissionalizar, não se constituía num alvo simples, porém, era necessário e urgente para o país e, conseqüentemente, para a Parahyba do Norte, desenvolver um projeto voltado para a educação campestre, pois só assim tentariam resolver o problema do influxo migratório e do analfabetismo, tão presentes naquela época.

Nesse sentido, a Parahyba do Norte logo desenvolveu ações políticas e educacionais criando escolas que pudessem diminuir a “ignorância” dos camponeses, profissionalizando-os e, ao mesmo tempo, inculcando-lhes o amor a terra, a fim de “fixá-los ao solo” (RIBEIRO *apud* COSTA, p.8, 1941). Assim sendo, além da criação da Escola Correccional Presidente João Pessoa, que aqui nos detemos, foram também criadas a Escola de Sericultura; os Clubes Agrícolas Escolares; a Escola Superior de Agronomia do Nordeste.

Todavia, a Escola Correccional João Pessoa teve uma preocupação específica que foi a de tentar retirar os *menores abandonados e delinqüentes* dos centros urbanos da Parahyba, conforme destacou Argemiro de Figueiredo, em 1935.

É doloroso ver como se avoluma cada dia a onda dos desocupados. Bem estudadas as razões do phenomeno, concluiremos que ellas residem em grande parte nas falhas dos nossos processos de ensino. São inumeros os moços, energias magnificas lançadas á dispersão que poderiam produzir os melhores fructos, se a escola os radicasse ao campo de onde sahiram ignorantes de que o labor quotidiano do campones encerra a nobreza sem par de um edificante patriotismo. (ESTADO DA PARAÍBA *apud* PINHEIRO, 2002, p. 219)

O governo do estado precisava lançar um projeto que solucionasse essa desorganização social, possibilitando a essas crianças e jovens, na maioria das vezes órfãs, uma oportunidade de sair desse cenário de obscuridade para trilhar um novo caminho, em busca de uma melhor qualidade de vida, bem como de ascensão social por meio de novos conhecimentos. Além disso, a retirada desses menores se fazia urgente, pois esse problema ia de encontro com a ideia de progresso e desenvolvimento tão decantadas pelo governo estadual e federal. Foi pensando nisso que o governador João Pessoa criou a Escola Correccional ou Centro Agrícola Presidente João Pessoa, localizada na fazenda Pindobal, no município de Mamanguape, com o intuito de

recolher, abrigar e oferecer uma educação diferenciada a esses menores abandonados. O projeto inicial objetivava reinserir esses jovens na sociedade por meio da educação. A escola deveria possuir diretor, professores qualificados, médicos, alojamentos, atividades de educação moral e cívica e ensinamentos agrícolas, no intuito de profissionalizar os menores, afastando-os da ignorância e da marginalidade. Todavia, as ações desenvolvidas nesse primeiro momento não se concretizaram, deixando de cumprir efetivamente os seus objetivos primeiros, isto é, a escola não pôde ser devidamente organizada, em virtude da luta que asoerbou o Estado, no período pré-movimento de 1930. Para se ter ideia, estiveram, nesses primeiros momentos abrigados mais de cem menores na escola, num ambiente de absoluto desconforto e abandono. Notava-se que a ideia inicial de uma educação eficiente e regeneradora havia ficado guardada para segundo plano.

Mais tarde, já no governo de Gratuliano Brito um novo projeto de ampliação e modificação da Escola Correccional foi lançado, uma vez que mesmo com o afastamento dos menores da cidade, era considerado um atraso amontoar um grande número de crianças e jovens analfabetos em um espaço abandonado pelo governo. Notava-se que o problema continuava a existir ainda que de forma diferenciada, fazendo-se urgente e necessária essa mudança. Segundo o jornal A União,

Não seria razoável, mesmo, o abandono de um estabelecimento que poderá abrigar mais de duas centenas de infelizes menores, arrancados ao ócio e muitas vezes ao crime, para lhes ser ministrada uma educação eficiente e regeneradora.

Trata-se de um serviço de caráter inadiável, tendo-se em consideração a circunstância de ali se acharem mais de cem menores, num ambiente de absoluto desconforto. (30/05/1934, p. 1)

Nesse sentido, o interventor do estado colocou em prática uma reforma, ampliação e modificações de caráter pedagógico e administrativo que dariam a Escola Correccional uma nova roupagem. Começando pela ampliação do pavilhão central que antes era pequeno em relação ao número de abrigados. Vejamos as fotografias, a fim de compararmos esse processo de ampliação da Escola Correccional Presidente João Pessoa:

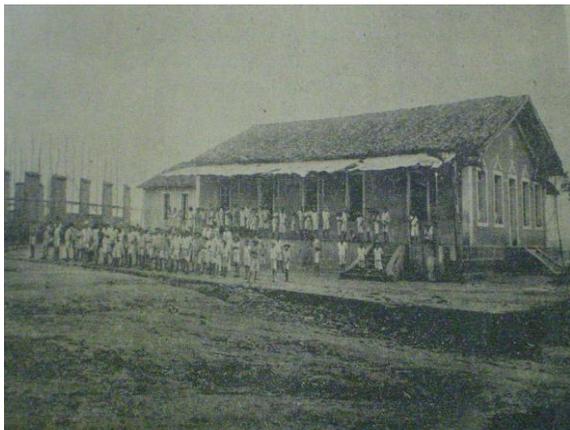


Figura 1: Alojamento do Centro Agrícola Presidente João Pessoa, antes da reforma.
Fonte: Jornal A União, 30/05/1934

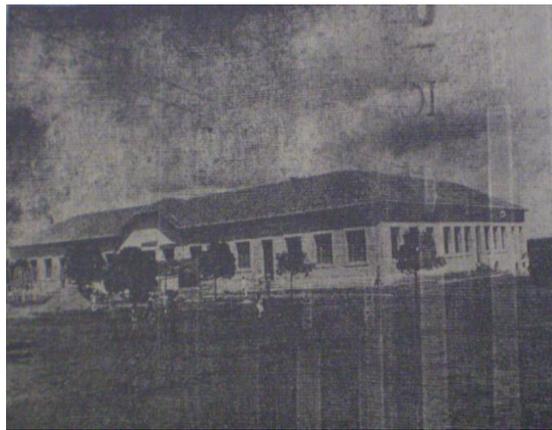


Figura 2: Pavilhão central do Centro Agrícola, após a reforma
Fonte: Jornal A União, 25/01/1936

Observamos pelas imagens que as primeiras mudanças na estrutura da Escola Correccional foram significativas, além do pavilhão central, a escola dispunha de alojamento, residência para diretor, médico, professores e demais funcionários, enfermaria, farmácia com divisões para tratamento e exames, gabinete antropométrico, escola, oficina onde os alunos recebiam lições das diversas artes e pavilhão de ginástica; em seção à parte, estábulos, aviário, apiário, pocilgas, sirgaria, bem como campos para culturas e ensaios e todo um maquinário que lhes auxiliariam nos aprendizados agrícolas, proporcionando aparentemente melhores condições para que os menores, ali abrigados, tivessem mais chances de se reabilitarem e serem reinseridos na sociedade.

Percebemos, então, que na administração de Gratuliano Brito foi elaborado e posto em prática um plano geral de construções e reforma completa da escola, no intuito de que esse estabelecimento pudesse preencher convenientemente os fins a que se destinava. Entretanto, será que apesar de todos esses esforços e investimentos a escola conseguira atingir seus objetivos: diminuir os índices de analfabetismo e capacitar os menores profissionalmente? Ou será ainda que a escola foi estruturada apenas no sentido de conter esses menores longe dos centros urbanos?

É sabido que apesar de todos esses investimentos e esforços, por volta de 1936, a Escola Correccional Presidente João Pessoa passou por sérios problemas de ordem administrativa e pedagógica. O diretor da escola, Leon Clerot, contratado no sul do país, não assumiu devidamente as atividades do centro agrícola, deixando a organização e o funcionamento do estabelecimento nas mãos de terceiros que não eram capazes – e nem

tinham autonomia - para realizar uma administração de acordo com o plano proposto em 1934. O referido diretor nem sequer chegou a residir no local, uma vez que se mudou para a capital.

O governo do estado sabendo da situação em que se encontrava a escola, organizou uma comissão de vistoria da mesma, a fim de constatar o ocorrido. Estavam presentes na comissão os agrônomos Carlos Faria e Benedicto Barbosa e o professor José Baptista de Mello, que elaboraram o seguinte parecer:

Pindobal necessita urgentemente de outra orientação. Não se pode compreender que um estabelecimento destinado á regeneração de desviados, permaneça por mais tempo como está – sem escolas, sem oficinas, sem trabalho de campo á altura de suas possibilidades, sem orientação agrícola, sem assistência medica, sem saneamento, sem assistência religiosa, como natural complemento da educação moral etc. etc. (A UNIÃO, 09/06/1936, p. 1)

Essa era a situação do Centro Agrícola de Pindobal, de total desorganização e abandono por parte dos administradores gerais, sendo estes responsáveis, segundo o governo do estado, pelo não cumprimento dos valores pedagógicos, bem como do nível social e técnico do estabelecimento, no que concerne as finalidades educativas e no ideal de galgar novas possibilidades aos menores ali alojados, pelo contrário, o nível pedagógico da escola era um dos piores possíveis e, segundo o parecer da comissão, dos 75 alunos internos, 65 eram analfabetos, comprovando que o “[...]sentido de contenção que orienta as iniciativas no ensino rural se mantém [...]”(Maia *apud* Leite, 1999, p.31). Percebe-se, então, que todo o discurso com base numa proposta de um Centro Agrícola regenerador, com excelentes propostas pedagógicas resumiu-se na prática da contenção e disciplinarização desses menores, sem nenhum tipo de preocupação a reabilitação dos mesmos. Portanto, concluímos por ora, que a Escola Correccional Presidente João Pessoa poderia ter sido uma grande iniciativa de educação rural na Paraíba, pois pudemos perceber que o seu projeto administrativo e pedagógico estava bem elaborado, todavia, fica evidenciado que não adianta planejar e colocar em prática um projeto tão grandioso como esse, pensando apenas nas situações mais específicas e urgentes, era preciso atentar para questões mais gerais que envolviam a situação geral do meio rural no estado. Planejar uma educação rural realmente eficiente, para a época, era observar a conjuntura em que esse tipo de educação estava sendo

inserida, isto é, a questão da má distribuição de terras e da aceleração do processo de industrialização que distanciava ainda mais uma possível reforma agrária, que fixaria realmente a população campesina no interior.

A educação rural tratada dessa forma jamais galgaria passos maiores, pois se tinha uma ideia muito simplória dessa educação, apenas como aprendizado técnico, era preciso torná-la mais nobre, dando a educação rural a sua verdadeira importância. Enfim, constatamos que a educação rural, na Paraíba e no país, só teria uma efetivação real se um plano de reforma agrária estivesse sendo posto em prática, concomitantemente aos planos de expansão das escolas rurais por todo o interior dos estados, amenizando assim as contradições campo-cidade e campo-campo e equiparando a igualdade de direitos de acesso ao conhecimento entre o homem urbano e o rural.

3 Considerações finais

Concluimos que a educação rural na Paraíba, no período que compreende de 1930 a 1937, não aderiu a um modelo e/ou padrão de ensino, específico para as questões campesinas, conforme fora implantado nas cidades, a partir da ampliação da oferta de grupos escolares. Nesse sentido, percebemos que o interesse maior com a criação da Escola Correccional Presidente João Pessoa foi o de priorizar o disciplinamento como parte do processo civilizatório.

A experiência relacionada à Escola Correccional Presidente João Pessoa na verdade não contemplou os interesses da população originária do meio rural paraibano. Ela serviu muito mais como uma tentativa de escamotear os resultados sociais negativos provocados pela concentração fundiária. Na verdade, observamos que embora os discursos defendessem uma educação que atentasse às peculiaridades das regiões rurais, não fora ditado pelos imperativos pedagógicos, mas muito mais pelas questões de ordem econômicas e políticas. Assim, o processo de alfabetização também ficou à mercê desses interesses, uma vez que priorizaram mais o progresso econômico, ao optarem por uma escola correccional, disciplinadora dos corpos e das mentes.

É importante salientar também que a educação rural, tanto na Paraíba como nos outros estados da federação, não conseguiu dar grandes saltos qualitativos, uma vez que não poderíamos estruturar um ensino voltado para as populações campesinas sem

atentar para a realidade em que estavam inseridos, para questões de espectro mais amplo, como uma possível reforma agrária, a qual ainda se faz urgente para a disseminação e expansão de uma educação campestre, que proporcione não só um conhecimento superficialmente técnico, mas possibilite a melhoria de vida ao homem do campo. Acreditamos que essa educação só será empreendida, efetivamente, quando uma reforma no sistema agrário brasileiro for amplamente efetivada.

Concluimos este estudo relativo à história da educação observando o quanto ele contribuiu para um melhor entendimento acerca das grandes dificuldades, contradições e conflitos em torno da educação destinada ao homem rural tanto no nosso estado como no Brasil. Consideramos ainda que essa pesquisa foi de grande relevância e significação para a preservação da memória e da história da cultura educacional e escolar da Paraíba, uma vez que o esquecimento do nosso passado ou, até mesmo, o não interesse em conhecê-lo, contribui para a perda da nossa identidade, a qual proporciona conhecermos e entendermo-nos.

Nesse sentido, esperamos que, mesmo considerando que lacunas e vazios tenham permanecido, aqui pensamos ter contribuído para uma melhor compreensão dos processos socioculturais e educacionais relativos aos primeiros anos da Segunda República brasileira, tomando como referência as *peculiaridades* paraibanas.

Referências

COSTA, Sizenando. **A Escola rural**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1941.

Ensinando um Nucleo Correccional para Menores. *A União*. Paraíba, 30 maio 1934.

Escola Correccional “Presidente João Pessoa”- motivos que deram causa á demissão do dr. Leon Clerot do cargo de diretor. *A União*. Paraíba, 09 jun.1936.

LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e sociedade: A consolidação da república oligárquica. **In:** LINHARES, Maria Yedda (Org). **História geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MONARCHA, Carlos. Cânon da reflexão ruralista no Brasil: Sud Mennucci. **In:** WERLE, Flávia Obino Corrêa (org). **Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor**. Ijuí, RS: Unijuí, 2007.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da Era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados e Universidade de São Francisco, 2002.